

COMPRENDIENDO LAS DIMENSIONES DE GÉNERO DE LAS PROTESTAS POSTELECTORALES EN MOZAMBIQUE (PT)

Aventina Matusse (CEAP)

Contextualização

Moçambique é um país que conquistou a independência em 1975, um processo do qual não teve muito tempo para se erguer, porque, logo depois desse processo esteve mergulhado numa guerra civil, envolvendo a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (Renamo). Uma guerra, que para além de durar 16 anos de destruição e sabotagem, originou danos humanos sociais, económico e culturalmente.

Neste período esteve a funcionar o regime monopartidário, sobre a liderança da FRELIMO, num contexto de crise económica interna e confrontação política regional onde a RENAMO apareceu como a expressão interna de clivagens e conflitos sociais, acrescentando ao conflito uma dimensão de exclusão, pobreza e miséria.

Este processo originou muitas mudanças de índole institucional e política, onde foram implementadas reformas que culminaram com a assinatura do Acordo Geral de Paz em 1992, que trouxe a “democracia” e o Multipartidarismo. A constituição da República de Moçambique de 1990 criou a base legal para as eleições multipartidárias, liberdade de associação e a formação de partidos políticos, este acto, significou a possibilidade real de aplicar novos princípios constitucionais, como, a realização de eleições multipartidárias assim como a possibilidade da construção de uma sociedade pluralista.

O Multipartidarismo, essencialmente, expressa uma maior representação de partidos políticos na Assembleia da República, no entanto, na realidade moçambicana, apenas foi dominado pelos dois maiores partidos (FRELIMO E RENAMO) que, para além de terem maior representatividade no parlamento, dominaram a arena política do país por muitos anos, cenário que conheceu algumas mudanças com a realização das últimas eleições em 2024, onde o partido PODEMOS encabeçado pelo candidato presidencial

Venâncio Mondlane ocupou a segunda posição, tirando desta forma a posição da RENAMO.

Embora durante esse período o país tenha conhecido vários processos eleitorais cíclicos que foram acontecendo de cinco em cinco anos, não foram vislumbrando grandes mudanças em termos do partido que governou o país, a FRELIMO, esteve sempre na liderança do país, num contexto de construção social e desenvolvimento marcado por muita escassez de quase tudo.

Enquanto por um lado o país conhecia um dos maiores crescimento económico que chegou a atingir mais de 7 %, entre os anos 2005 e 2015 (Banco Mundial-2023), a pobreza por outro lado ia se extremado, a exclusão social, o sentimento de impotência diante de uma realidade social excludente foi se exacerbando, e originando sentimento de desilusão e revolta no seio das pessoas.

Introdução

A caminho das celebrações dos 50 anos da Independência do País, em meio a muitos desafios de índole estruturais, Moçambique realizou no passado dia de 9 de outubro de 2024 as sétimas eleições gerais, para eleger Presidente da República, Membros da Assembleia da República e Assembleias Provinciais.

Trata-se de um processo bastante conturbado, caracterizado por violações, demonstrações de sentimentos extremistas, de tribalismo, regionalismo e a denuncia de falta de transparência do processo. Durante a Pré-campanha e a campanha eleitoral, no lugar de um espaço para apresentação dos manifestos eleitorais e proposta de governação para os próximos cinco anos, assistiu-se a cenários de troca de acusações, ostensão, principalmente por parte da FRELIMO, por outro lado, via-se o candidato do PODEMOS a usar dos problemas estruturas que dividem os moçambicanos como o tribalismo para conquistar mais a confiança dos eleitores com promessas de trazer mudanças estruturais.

A Realização do escrutínio a 9 de outubro de 2024, foi marcadamente agitado, com observadores nacionais e internacionais a denunciarem falta de transparência. A falta de transparência desse processo gerou uma grande Honda de contestação dos

resultados, o que motivou com que as pessoas saíssem para rua para em repúdio aos resultados.

A primeira marcha “**pacífica**”, teve lugar a 21 de outubro de 2024, que de pacífico não se viu nada se não cenários de violações dos direitos humanos, tanto por parte dos protestatários como por parte da força policial, que sempre em suas ações buscou usar do poder coercitivo para controlar as manifestações, na maioria das vezes desnecessária e desproporcional, lançando gás lacrimogénio para os manifestantes e outras pessoas que por ali perto se encontrasse, por vezes balas verdadeiras.

O decorrer dessas marchas exacerbou as espirais de violência, com centenas de moçambicanos a saírem as ruas para contestar os resultados em todas as províncias, que davam vitória ao Partido FRELIMO e seu Candidato Daniel Francisco Chapo e o segundo lugar para o Partido PODEMOS e seu Candidato Venâncio Mondlane.

Nesta vertente, as manifestações passam de razões meramente políticas e ganham contornos sociais o que motiva diversos estratos sociais a saírem às ruas, principalmente entre as classes médias urbanas, onde, o que mais se assistiu foi uma destruição jamais vista, com Venâncio Mondlane a usar das emoções das pessoas causados pela condição social deteriorada e discriminatória, da miséria, da falta de perspectivas de vida, como arma principal para ganhar mais simpatizantes e apoiantes à sua causa.

A expectativa criada pelo Candidato Venâncio Mondlane, no seu das populações castigadas pela realidade social excludente, sobre a possibilidade de uma mudança de regime, foram tão fortes que cegaram a maioria da população, que em meio a discursos populistas tão visíveis durante este período, ainda assim, para as pessoas não havia nenhuma outra alternativa de retirar o regime do poder se não recorrendo a violência.

Pese embora, a sede de mudar a realidade social fosse cada vez mais forte, mas, tratou-se de acções desorganizadas e sem um projeto político que não fosse denunciar todos os problemas que são do conhecimento de todos, de um desejo de mudar

substantivamente o regime, mas, apenas seria uma mudança de actores de um mesmo regime que continuará a oprimir a grande maioria.

As dimensões de género nos protestos pós-eleitorais

Em situações de conflitos é bem claro que, as mulheres e crianças têm sido amplamente sacrificadas e, na nossa realidade não se viu nada diferente, a intensificação das emoções de ódio que foram tomando conta das acções populares, a ponto de nem o próprio Venâncio Mondlane não mais poder controlar esses actos, a ideia de que a violência e pressão exercida sobre o normal funcionamento das instituições e da vida resultaria na possibilidade de a FRELIMO render-se, voltar atrás, entregar a vitória para o Venâncio Mondlane, alimentaram uma espiral de violência extrema em que já não era possível distinguir quem protesta dos bandidos que saqueiam, destroem, violam as mulheres espancam os homens.

Nisso tudo, um grande número de população de trabalhadoras/es que se sentem totalmente desprotegidas/os, que precisam sair para trabalhar para comer e estão reféns, tanto do lado das forças do regime - brutais e cegas e que disparam e matam, como dos chamados “manifestantes” que bloqueiam estradas, cobram taxas de passagem, agredem com pedras, destroem viaturas particulares, transportes coletivos e semi-colectivos quem tenta passar e não se renda às exigências dos protestatários apoiantes do Venâncio Mondlane, gritar “Venâncio”, piscar sinal de emergência na Viatura, colar uma frase na viatura, acenar a mão com três dedos (posição ocupada pelo candidato Venâncio Mondlane no Boletim de voto) roubam e insultam em nome desse “novo” país que reclamam serem arautos e autores;

No decorrer das manifestações foi mais uma vez notável como as relações de géneros, dinâmicas de poder e tomada de decisão, impactam de forma diferente na vida de homens e mulheres. Enquanto decorriam as manifestações as mulheres carregavam o peso das consequências, resultantes destes estragos, em quase toda realidade moçambicana as mulheres têm uma sobrecarga muito grande com as tarefas de cuidar da casa, gerir a economia doméstica, cuidado com os filhos, vender para o

autossustento de suas famílias. Todas essas responsabilidades tornaram-se impossível realizar durante as manifestações, pois cada vez que eram convocadas as miniestações, tudo ficava paralisado.

O lugar das Mulheres nos protestos

Durante as manifestações, houve bloqueios, incêndios nas estradas e vias de acessos, sobretudo nas vias de maior circulação das pessoas e bens, um processo que foi alimentando sentimentos extremistas e emoções de ódio, agravada pela situação de miséria, discriminação e falta de perspectivas; onde não era mais possível distinguir quem protestava e quem eram os bandidos que saqueiam, destroem, violam as mulheres espancam os homens.

A irrelevância histórica em que sempre foi colocada a mulher no país foi mais uma vez notável no período dos protestos. Pese embora tenha havido esforços para denunciar as violências sofridas pelas mulheres, já que muitas delas e os seus corpos foram reduzidos a objetos de vingança ou de manifestação de poder, o silêncio foi a resposta que mais se viu.

Os múltiplos silenciamentos, a incipiente tomada da palavra das mulheres sobre a situação política, a falta de estratégias consentâneas com a situação fazem com que a sua insurgência contra o presente estado das coisas seja restrita e muito pouco ouvida e conhecida;

Até onde se tenta criar caminhos do diálogo tal como é o caso da Conferência Nacional convocada por um grupo de académicos e ativistas sociais moçambicanos, propondo a realização de uma reflexão, para “(re)fazermos Moçambique como um País seguro para a cidadania”, as mulheres estão quase que ausentes, num grupo de 11 cidadãos que subscrevem a proposta apenas 2 mulheres fazem parte. Recentemente foi criada a Comissão Técnica para Diálogo Nacional Inclusivo, composto por 18 membros, destes apenas 5 são mulheres, o que logo a prior evidencia o quão as mulheres continuam sendo silenciadas em lugares que abordam assuntos sobre os quais elas são as maiores oprimidas.

Violências específicas sofridas pelas mulheres neste contexto

Nos protestos pós-eleitorais as mulheres foram vítimas de várias formas de violência e violações, foram usadas como instrumento de propaganda para dar visibilidade as manifestações, (as paneladas noturnas).

Objeto de satisfação sexual, durante esse período as violações sexuais aumentaram sobre medida, aquela mulher que eram encontrada na rua, quando foi decretado o recolher obrigatório, tinha de pagar com seu próprio corpo. A este tipo de violência junta-se a violência física, em que as mulheres foram barbaramente agredidas fisicamente, porque se negavam a pagar as taxas de circulação, ou retiradas os seus pertences, caso não aceitassem regar as campas espalhadas por todo canto, ao longo das principais vias de acesso.

Economicamente e socialmente também as mulheres sofreram, particularmente, as mulheres que fazem o comércio transfronteiriço, o impedimento do direito de ir e vir para as pessoas e de circular livremente pelas ruas, afetou severamente a economia informal, numa realidade em que mais de 80 % das pessoas economicamente ativa sobrevivem deste sector, e as mulheres representam a maior força de trabalho desse sector com mais de 50 % da força de trabalho informal. As mulheres que fazem o negócio transfronteiriço por exemplo, viram seus produtos deteriorados, porque não podiam atravessar a fronteira e meter a sua mercadoria nos mercados nacionais.

A Manipulação emocional e política, foi outra arma usada durante os protestos, e que afetou muito as mulheres. foi assustador observar como alguns grupos de mulheres foram manipuladas para se manifestarem, elas não iam as ruas para exigir que sejam ouvidas e exigir o fim da destruição, mas, para fazerem o que os homens ordenavam, a ponto de convocar as mulheres para que fossem marchar nuas até em frente ao Conselho Constitucional para exigir a reposição dos votos a favor do Venâncio Mondlane.

A psicológica também foi notória, nas informações contidas nos cartazes exibidos por elas, esteve claro que não eram da autoria daquelas mulheres. O discurso é feito a

partir de suas posições de “mães”, mas é igual nos conteúdos ao que tem sido usado em geral: denúncias de corrupção e malfeitos do regime da FRELIMO. Nada mais; e ainda menos chamar à atenção sobre os sofrimentos ou aspirações específicas delas.

Considerações Finais

Atualmente vive-se um ambiente de aparente acalmia. Engana-se quem pense que estamos num processo de restabelecimento da normalidade. Embora, seja visível “a livre circulação” as perseguições continuam em outro plano; há mulheres que ainda desconhecem o paradeiro de seus parceiros, filhos, há mulheres que continuam a ser violadas nas suas casas como modo de retaliação entre homens que ocupam posições opostas nos protestos pós-eleitorais.

As emoções populares acerca da possibilidade de uma mudança de regime mantêm-se fortes, mas são ainda desorganizadas com pouca estratégia e, por isso, não se vislumbra para já uma mudança real.

As mulheres e as raparigas, continuam sendo as maiores vítimas neste processo todo. O grito popular do “é agora ou nunca” não tem sido uma demonstração de reconhecimento dos sofrimentos ou aspirações específicas delas que têm vindo a ser silenciadas em Moçambique e ao longo da história da humanidade.

A Comissão Técnica para Diálogo Nacional Inclusivo criada recentemente carrega consigo a grande responsabilidade de poder ser um espaço de reflexão efetiva e inclusiva, olhar para o indivíduo como chave para resolução de problemas de cariz social, devendo focar-se nos problemas estruturais, tanto de cariz sociocultural como de cariz político e económico. Do ponto de vista económico, não apenas as mulheres, mas também os homens precisam de perspetivas de inclusão económica. Tal reduziria a incidência de pobreza, desigualdade extremas, desemprego juvenil, que tem estado associada a questões como o alcoolismo, a violência doméstica tribalismo, e os impactos negativos sobre a vida das mulheres, é necessário pensar numa perspetiva de complementaridades entre o cidadão e o Estado, reconhecendo a sua incapacidade de providenciar serviços básicos equitativamente.